



Governo do Distrito Federal



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento

Subsecretaria de Planejamento Governamental

Avaliação Anual do Plano Plurianual 2008-2011 - 1ª Etapa

Análise do Cenário Macroeconômico do Distrito Federal

- 2010 -



Governo do Distrito Federal



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento

Subsecretaria de Planejamento Governamental

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Agnelo dos Santos Queiroz Filho

VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Tadeu Filippelli

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Edson Ronaldo Nascimento

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

José Agmar de Souza

- 2010 -



Governo do Distrito Federal



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento

Subsecretaria de Planejamento Governamental

Sumário

Apresentação

1. Sumário Analítico	05
2. O Contexto Nacional	07
3. O Contexto Distrital	16
4. Conclusões	27
5. Anexo	29

Análise do Cenário Macroeconômico do Distrito Federal

Apresentação

A presente Análise do Cenário Macroeconômico do Distrito Federal, juntamente com o Demonstrativo do Desempenho Físico-Financeiro por Programa de Governo, compõe a primeira etapa da avaliação anual do desempenho do Plano Plurianual 2008-2011, conforme estabelece o art. 5º da Lei nº 4.007/2007, alterado pela Lei nº 4.250/2008.

Este documento apresenta uma análise da conjuntura macroeconômica, em termos nacional e local, a fim de avaliar o comportamento dos principais indicadores de desempenho, suas relações com a gestão governamental e os reflexos sobre o bem estar da população de modo geral.

A primeira seção é dedicada ao contexto nacional, na qual são analisados o nível de atividade, os resultados do Tesouro Nacional e o comportamento da inflação.

Na segunda seção, aborda-se o contexto distrital. Nela são antecipadas as estimativas preliminares do Produto Interno Bruto – PIB-DF para 2009 e 2010, bem como analisados os resultados da gestão fiscal do Governo do Distrito Federal nesse contexto.

SUMÁRIO ANALÍTICO

Após vivenciar uma das mais severas crises econômicas do passado recente – comparável somente às turbulências vividas durante a Grande Depressão de 1929 –, pode-se afirmar, a exemplo do que fez o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, que “o mundo cresce hoje em três velocidades”¹. A Zona do Euro ainda não conseguiu retomar uma rota de crescimento sustentável e uniforme entre os países que a integram; os Estados Unidos apresentam sinais de recuperação, embora esse crescimento ainda não se reflita no seu mercado de trabalho; e as economias emergentes encontram-se em novo ciclo de expansão, em grande parte ancorada na demanda doméstica e, em certos casos, no setor exportador.

No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 7,5%, o maior crescimento desde 1986; a taxa média de desocupação ficou em 6,74%, o menor valor desde o início da série, em 2001; o salário médio real atingiu R\$ 1.550,47, ou seja, 4,5% acima de 2009; e a inflação, de 5,91%, apesar de ter ficado acima da observada no ano anterior e acima do valor central da meta, manteve-se abaixo do limite superior do intervalo de tolerância, de 6,5%.

Se considerarmos os valores médios observados no ano (em contraposição ao valor observado no último dia), 2010 foi o ano com menor taxa Selic (9,8% a.a.), a maior relação crédito/PIB (44,9%) e o mais baixo *spread* (24,1 pontos percentuais). No setor externo, a despeito da apreciação do câmbio (câmbio médio de R\$ 1,76 por dólar norteamericano, ante R\$ 1,99 em 2009), nossas exportações foram recordes (superaram os US\$ 200 bilhões), o suficiente para garantir um superávit de US\$ 20 bilhões na balança comercial.

Por fim, no que diz respeito às contas públicas, o governo central (que inclui Tesouro, Previdência e Banco Central) conseguiu gerar um superávit primário de R\$ 79 bilhões (equivalente a 2,16% do PIB), cumprindo, dessa forma, a meta de R\$ 76,3 bilhões (2,15% do PIB). Observou-se até uma queda na dívida líquida do setor público consolidado, que encerrou o ano com uma relação de 40,2% do PIB, ante 42,8% em dezembro de 2009.

¹ Discurso do presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Antonio Tombini, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Brasília, 22.03.2011.

Para que a economia alcançasse esse nível de atividade, muito contribuíram os investimentos realizados em 2009 e 2010, devidamente impulsionados pelas medidas anticíclicas adotadas pelo governo. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ampliou sua oferta de recursos para projetos de infraestrutura e para aquisição de máquinas e equipamentos destinados a pequenas e médias empresas; imprimiu-se ritmo mais acelerado à expansão do crédito habitacional; e o crédito com recursos livres passou a ter papel relevante nas operações destinadas às famílias, em especial os empréstimos consignados e para aquisição de veículos.

Todavia, são inequívocos os sinais de que os investimentos realizados ainda não foram capazes de solucionar o descompasso entre oferta e demanda, decorrente do aquecimento da economia em 2010. Assim, dado ao inequívoco papel que o mercado de crédito tem exercido para a expansão do investimento e do consumo, com destaque para o crédito direcionado, o Conselho Monetário Nacional – CMN e o Banco Central passaram a adotar medidas macroprudenciais com vistas a adequar o ritmo de crescimento da demanda, e, dessa forma, conter pressões sobre os preços.

No âmbito distrital, em razão das peculiaridades de nossa economia, que tende a apresentar um comportamento mais estável, os reflexos da crise financeira internacional se manifestaram de forma distinta da observada no plano nacional. Isso porque o Distrito Federal possui uma incipiente indústria de transformação, atividade agropecuária quase insignificante e participação bastante acentuada da administração pública e dos serviços de intermediação financeira.

De acordo com levantamento realizado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, no cenário adverso de 2009, a atividade econômica no DF cresceu 1,9%, enquanto o PIB-Brasil sofreu retração de 0,6%. Já em 2010, o PIB-DF deverá registrar crescimento de 3,5% em relação ao do ano passado, atingindo a cifra de R\$ 140,8 bilhões, ao passo que o PIB-Brasil registrou crescimento de 7,5%.

Mas não são apenas razões de natureza econômica e estatística que explicam o fato de o PIB-DF haver crescido bem menos do que o PIB-Brasil em 2010. Em uma economia na qual a participação do setor público é vital – somente a atividade Administração, Saúde e Educação Públicas corresponde a 53,6% da estrutura econômica local –, há que se considerar, ainda, a catastrófica combinação dos reflexos da crise

financeira com os efeitos da crise de gestão desencadeada pela operação “Caixa de Pandora” e que levou o DF a ter quatro governadores em um único exercício financeiro, com conseqüentes mudanças na linha de atuação.

É, pois, o conjunto desses fatores adversos no âmbito da gestão pública que tornam relevante o resultado primário de R\$ 35,62 milhões nas contas do Governo do Distrito Federal – GDF em 2010.

Hoje, superados os momentos mais agudos das crises financeira e política, restam expressivos desafios ao governo eleito em outubro de 2010, como se depreende das palavras do governador Agnelo Queiroz:

– Temos ciência de que é preciso reconstruir o Distrito Federal. Assim como Brasília foi concebida a partir de dois eixos, o Monumental e o Rodoviário, também nós teremos dois eixos operacionais ao longo dos quais estaremos trabalhando, visando sempre ao bem-estar de nossa população. Um deles é a modernização da Administração Pública; o outro, a boa qualidade na prestação dos serviços públicos.²

1. O CONTEXTO NACIONAL

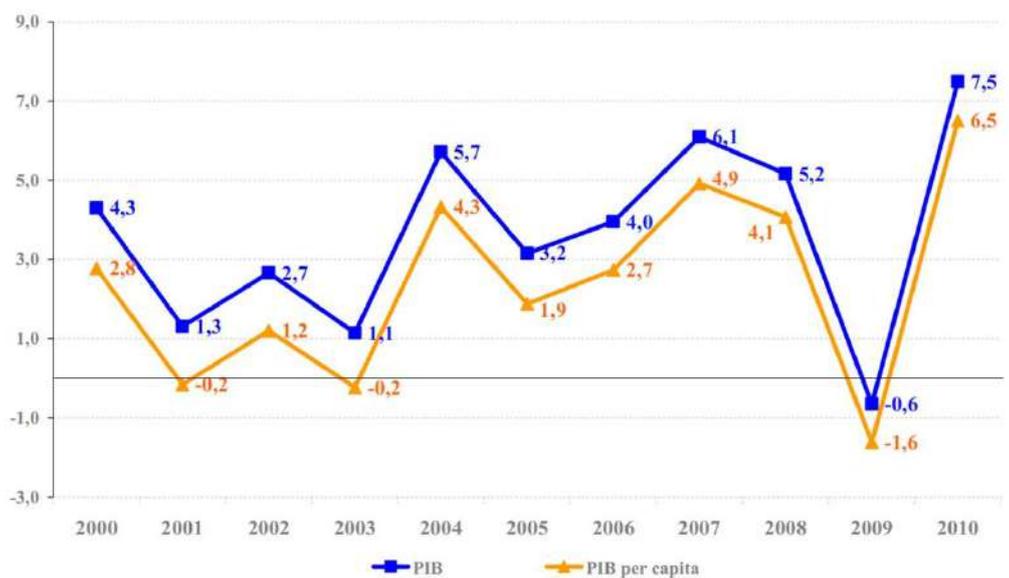
1.1. NÍVEL DE ATIVIDADE

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a economia brasileira fechou 2010 com crescimento de 7,5% em relação ao ano de 2009. Beneficiado pela baixa base de comparação do ano anterior, o resultado verificado em 2010 é o mais elevado desde 1986, quando também se registrou 7,5% de crescimento.

Em valores correntes, a soma de todas as riquezas produzidas pela economia no ano passado alcançou R\$ 3, 675 trilhões, dos quais R\$ 3.135,6 bilhões referem-se a Valor Adicionado a preços básicos (+ 6,7%) e R\$ 539,3 bilhões a Impostos sobre Produtos líquidos de serviços (+ 12,5%). Já o PIB *per capita* alcançou R\$ 19.016, após ter registrado variação, em volume, de 6,5%.

² Mensagem Nº 011/2011-GAG do Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, por ocasião da abertura da 1ª Sessão Legislativa, da 6ª legislatura, da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

GRÁFICO I – PIB E PIB PER CAPITA – TAXA (%) DE CRESCIMENTO ANUAL



Fonte: IBGE

O aumento da participação de Impostos sobre Produtos líquidos de serviços reflete, principalmente, o crescimento de 11,3% no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, de 17,3% no Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, além do aumento de 42% no Imposto sobre Importação – II. Analisado os componentes do PIB pelo lado da oferta, temos o seguinte desempenho: Indústria (+10,1%), Agropecuária (+6,5%) e Serviços (+5,4%).

Ressalvado o impacto provocado pela baixa base de comparação de 2009, ano em que a indústria caiu 6,6% e todos os seus subsetores registraram queda no volume do Valor Adicionado a preços básicos, destacam-se os seguintes resultados: Extração Mineral (+15,7%), Construção Civil (+11,6%), Indústria de Transformação (+9,7%) e a atividade de Eletricidade, Gás, Esgoto e Limpeza Urbana (+7,8%).

Observe-se, porém, que, mesmo registrando alta de 10,1% no ano, o setor industrial teve um recuo de 0,9% no segundo semestre de 2010.

Por sua vez, o crescimento da Agropecuária (+6,5%) decorreu do aumento de produção em culturas importantes da lavoura brasileira. Influenciada por condições climáticas favoráveis, a agricultura nacional registrou safra recorde de cereais, leguminosas e oleaginosas – 149,5 milhões de toneladas.

No setor Serviços, o crescimento da população empregada e da massa real dos salários, aliados à expansão do crédito ao consumo, sustentaram o aumento das

vendas no comércio – tanto no atacado quanto no varejo – em ritmo superior ao registrado pela atividade industrial.

O Comércio e as atividades de Intermediação Financeira e Seguros registraram ganho de 10,7% em relação a 2009. Cresceram, também, os subsetores de Transporte, Armazenagem e Correio (+8,9%); Serviços de informação (+3,8%); Outros Serviços (+3,6%); Administração, Saúde e Educação Pública (+2,3%); e Serviços Imobiliários e Aluguel (+1,7%).

TABELA I – PARTICIPAÇÃO DAS CLASSES E RESPECTIVAS ATIVIDADES NO VALOR ADICIONADO A PREÇOS BÁSICOS

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (1)	2010 (1)	% das atividades na classe	
												2009	2010
Agropecuária	5,6	6,0	6,6	7,4	6,9	5,7	5,5	5,6	5,9	6,1	5,8	100,0	100,0
Indústria	27,7	26,9	27,1	27,8	30,1	29,3	28,8	27,8	27,9	25,4	26,8	100,0	100,0
Extrativa Mineral	1,6	1,5	1,6	1,7	1,9	2,5	2,9	2,3	3,2	1,3	2,5	5,0	9,4
Transformação	17,2	17,1	16,9	18,0	19,2	18,1	17,4	17,0	16,6	15,8	15,8	62,2	58,7
Construção Civil	5,5	5,3	5,3	4,7	5,1	4,9	4,7	4,9	4,9	4,9	5,3	19,4	19,6
Prod. e distrib. de eletricidade, gás, água, esgoto e limp.urb.	3,4	3,0	3,3	3,4	3,9	3,8	3,8	3,6	3,1	3,4	3,3	13,4	12,2
Serviços	66,7	67,1	66,3	64,8	63,0	65,0	65,8	66,6	66,2	68,5	67,4	100,0	100,0
Comércio	10,6	10,7	10,2	10,6	11,0	11,2	11,5	12,1	12,5	11,8	11,9	17,2	17,6
Transporte, armazenagem e correio	4,9	5,0	4,8	4,7	4,7	5,0	4,8	4,8	5,0	5,1	5,3	7,5	7,9
Serviços de informação	3,6	3,5	3,6	3,6	3,8	4,0	3,8	3,8	3,8	3,7	3,4	5,4	5,0
Intermed. financeira, seguros, prev. complem. e serv.rel.	6,0	6,8	7,5	7,1	5,8	7,1	7,2	7,7	6,8	7,3	7,7	10,7	11,4
Outros Serviços	15,4	14,9	14,6	14,0	13,8	13,8	14,5	14,2	14,1	15,1	14,7	22,1	21,8
Ativ. imobiliárias e aluguéis	11,3	10,7	10,2	9,6	9,1	9,0	8,7	8,5	8,2	8,4	7,9	12,3	11,8
Adm., saúde e educação públicas	14,9	15,5	15,5	15,1	14,7	15,0	15,3	15,5	15,8	17,0	16,5	24,8	24,5
Valor adicionado a Preços Básicos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Impostos sobre Produtos	15,4	16,4	16,1	15,6	16,5	16,6	16,5	16,3	17,5	16,2	17,2		
PIB a Preços de Mercado	115,4	116,4	116,1	115,6	116,5	116,6	116,5	116,3	117,5	116,2	117,2		

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Resultados calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

Pela ótica da demanda, a análise do PIB revela que a Formação Bruta de Capital Fixo, definida como os investimentos menos as variações de estoques, obteve seu melhor resultado para a série estatística iniciada em 1996: R\$ 677,9 bilhões, o que corresponde a uma expansão de 21,8%. Influenciaram o resultado, além da baixa taxa de

comparação (queda de 10,3% em 2009), o impulso proveniente de importações, a produção de máquinas e equipamentos, e o desempenho da construção civil.

Deve-se destacar, também, o crescimento de 7% para a Despesa de Consumo das Famílias, totalizando R\$ 2.226,1 bilhões. Trata-se do sétimo ano consecutivo de expansão deste indicador. Em 2010, esse comportamento foi favorecido pela elevação, em termos reais, de 8,2% da massa salarial dos trabalhadores, e pelo acréscimo, em termos nominais de 17,6% do saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas. Registre-se, ademais, que a Despesa do Consumo da Administração Pública cresceu 3,3% e chegou a R\$ 778 bilhões.

TABELA II – COMPONENTES DA DEMANDA NO PIB

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (1)	2010 (1)
Consumo das Famílias	64,3	63,5	61,7	61,9	59,8	60,3	60,3	59,9	58,9	61,7	60,6
Consumo da Administração Pública	19,2	19,8	20,6	19,4	19,2	19,9	20,0	20,3	20,2	21,8	21,2
FBCF + Variação de Estoque	18,3	18,0	16,2	15,8	17,1	16,2	16,8	18,3	20,7	16,5	19,2
Exportações de Bens e Serviços	10,0	12,2	14,1	15,0	16,4	15,1	14,4	13,4	13,7	11,1	11,2
Importações de Bens e Serviços	(11,7)	(13,5)	(12,6)	(12,1)	(12,5)	(11,5)	(11,5)	(11,8)	(13,5)	(11,2)	(12,1)
PIB a Preços de Mercado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Resultados preliminares calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

A taxa de investimento da economia brasileira cresceu 1,5 ponto percentual(p.p.) em relação ao ano anterior: 18,4% do PIB em 2010 contra 16,9% em 2009. Esse crescimento, conforme o IBGE, foi influenciado, principalmente, pela expansão, em volume, da Formação Bruta da Capital Fixo. Da mesma forma, a taxa de poupança cresceu 1,8 p.p. em relação ao ano anterior: 16,5% do PIB em 2010 e 14,7% em 2009.

TABELA III – CONTAS ECONÔMICAS ANUAIS – 2010

Usos	Operações e saldos	Recursos
Conta 1- Conta de produção		
3 674 964	Produto Interno Bruto	
Conta 2- Conta da renda		
	Produto Interno Bruto	3 674 964
117	Ordenados e salários (líquidos recebidos do exterior)	995
82 256	Rendas de propriedade (líquidas recebidas do exterior)	13 230
3 606 816	Renda nacional bruta	3 606 816
3 272	Outras transferências correntes (líquidas recebidas do exterior)	8 285
3 611 830	Renda disponível bruta	3 611 830
3 004 069	Despesa de consumo final	
607 761	Poupança bruta	
Conta 3- Conta de acumulação		
	Poupança bruta	607 761
707 414	Formação bruta de capital	
585	Transferências de capital (líquidas a receber) *	2 552
(-) 97 686	Capacidade (+) ou necessidade (-) líquida de financiamento	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

* Inclui transferências unilaterais de capital e bens não financeiros não produzidos - cessão de marcas e patentes

O resultado apurado em 2010 revela que a Renda Nacional Bruta atingiu R\$ 3.606,8 bilhões contra R\$ 3.121 bilhões em 2009; e que a Poupança Bruta alcançou R\$ 607,8 bilhões contra R\$ 466,6 bilhões.

Ainda pelo mesmo critério de comparação, a Necessidade de Financiamento em 2010 foi de R\$ 97,7 bilhões contra R\$ 56,9 bilhões no mesmo período do ano anterior. Essa variação decorreu, em grande parte, da redução do Saldo Externo de Bens e Serviços (R\$ 34,7 bilhões) e do aumento da Renda Líquida de Propriedade Enviada ao Resto do Mundo (R\$ 3,7 bilhões).

No âmbito do setor externo, a Balança de Bens e Serviços ficou deficitária em R\$ 36,5 bilhões: as exportações totalizaram R\$ 409.868 bilhões (+11,5%) e as Importações R\$ 446.386 bilhões (+ 36,2%). De acordo com o IBGE, contribuiu para esse quadro a valorização cambial ocorrida entre 2009 e 2010, quando a taxa de câmbio (medida pela média anual das taxas de câmbio R\$/US\$ de compra e venda) variou de 2,00 para 1,76.

Registre-se, por oportuno, o aumento do saldo das Transações Passivas e Patrimônio Líquido da Economia Nacional, o que demonstra que o país passou a captar mais recursos no exterior (R\$ 282,8 bilhões em 2010 ante R\$ 162,6 bilhões em 2009). Também cresceram as Transações Ativas, com aumento da aplicação líquida no exterior (R\$ 114,5 bilhões em 2010 e R\$ 31,1 bilhões em 2009). De modo diverso, as Reservas

Internacionais registraram uma redução de R\$ 726 milhões no período (R\$ 85, 466 bilhões em 2010 e R\$ 86,192 bilhões em 2009).

1.2. RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em 2010 foi superavitário em R\$ 79,0 bilhões (2,16% do PIB), contra R\$ 39,4 bilhões (1,24% do PIB) registrados em 2009, o que corresponde a um aumento de 0,92 ponto percentual. O Tesouro Nacional contribuiu para esse desempenho com um superávit de R\$ 122.376,4 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 42.890,2 e R\$ 519,9 bilhões, respectivamente.

Em relação ao PIB, as receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram elevação de 2,10 p.p, alcançando 38,3% do PIB.

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 149,7 bilhões (+26,3%) em comparação com 2009, passando de R\$ 569,8 bilhões para R\$ 719,5 bilhões.

As transferências a Estados e Municípios apresentaram crescimento de R\$ 13,0 bilhões (10,2%), elevando-se de R\$ 127,7 bilhões em 2009 para R\$ 140,7 bilhões em 2010.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram 12,09% do PIB até dezembro de 2010, contra 10,81% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 97,8 bilhões (+28,4%) em relação ao mesmo período de 2009.

TABELA IV – RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL: 2009 – 2010

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO/DEZEMBRO	
	2010	2010	2009	2010
I. RECEITA TOTAL	71.091,4	97.919,3	739.304,5	919.773,3
I.1. Receitas do Tesouro	53.040,9	66.913,3	555.053,8	705.297,4
I.1.1. Receita Bruta (1)	54.152,0	67.554,1	569.846,0	719.530,9
I.1.1.1. Impostos	24.532,9	32.025,3	258.170,3	296.455,4
I.1.1.2. Contribuições	21.111,0	27.162,8	212.514,0	249.829,5
I.1.1.3. Demais	8.508,1	8.366,0	99.161,7	173.246,1
d/q Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	74.807,6
I.1.2. (-) Restituições	-1.111,2	640,8	-14.737,4	-14.134,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-54,8	-98,6
I.2. Receitas da Previdência Social	17.920,1	30.523,7	182.008,4	211.968,4
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	17.505,6	30.030,5	177.444,3	207.154,0
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	414,5	493,2	4.564,1	4.814,4
I.3. Receitas do Banco Central	130,4	482,3	2.242,2	2.507,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	12.638,8	16.713,8	127.683,8	140.678,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	58.452,5	81.205,5	611.620,7	779.095,0
IV. DESPESA TOTAL	57.423,8	66.764,8	572.184,3	700.128,7
IV.1. Despesas do Tesouro	34.797,1	39.386,2	344.436,1	442.242,7
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	14.974,2	18.724,0	151.652,8	166.486,4
IV.1.2. Custeio e Capital	19.771,1	20.522,8	191.603,8	274.514,4
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.651,2	2.474,4	27.433,0	30.310,7
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	916	249,6	5.189,8	7.845,5
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.900,8	1.902,1	18.946,0	22.234,2
IV.1.2.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	42.927,8
IV.1.2.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	15.073,5	15.896,7	140.034,9	171.196,1
IV.1.2.5.1. Outras Despesas de Custeio	11.355,2	8.612,3	105.898,1	124.089,6
IV.1.2.5.2. Outras Despesas de Capital	3.718,3	7.284,4	34.136,7	47.106,5
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	105,8	139,4	11.179,5	1242,0
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	22.344,6	27.048,9	224.876,4	254.858,6
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	17.312,4	21.247,4	175.831,8	199.386,0
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	5.032,2	5.801,5	49.044,6	55.472,6
IV.3. Despesas do Banco Central	282,1	329,6	2.871,8	3.027,4
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	1.028,7	14.440,7	39.436,4	78.966,3
VI.1. Tesouro Nacional	5.604,9	10.813,2	82.933,9	122.376,4
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-4.424,4	3.474,8	-42.867,9	-42.890,2
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	193,3	8.783,1	1612,5	7.768,0
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-4.617,7	-5.308,3	-44.480,5	-50.658,1
VI.3. Banco Central (6)	-151,8	152,6	-629,6	-519,9
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			1,24%	2,16%

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 513/2010 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

Deve-se ressaltar que, no acumulado do ano de 2010, o déficit da Previdência Social manteve-se praticamente estável em relação ao ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 30,0 bilhões (+16,5%), explicada, sobretudo, pelo aumento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 30,0 bilhões (+13,3%), explicado pelo aumento no valor médio dos benefícios, em função do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso, bem como pelo aumento na quantidade média de benefícios pagos pela Previdência.

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,08 p.p. enquanto os gastos com benefícios previdenciários caíram 0,09 p.p. em relação a 2009. Por consequência, o déficit primário do RGPS diminuiu para 1,17% do PIB, 0,17 p.p. menor que o registrado no ano anterior.

Atenção especial deve-se dar ao incremento de R\$ 13,0 bilhões (38,0%) para investimentos no ano de 2010 relativamente ao ano de 2009, e de R\$ 4,1 bilhões (23,1%) nas despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

No tocante à evolução da Dívida Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, registre-se o decréscimo de 2,6 p.p. em relação a 2009, não obstante seu crescimento nominal de R\$ 74,1 bilhões. Note-se que, de janeiro a dezembro de 2010, o estoque da Dívida Interna Líquida cresceu R\$ 83,1 bilhões. Em compensação, o estoque da Dívida Externa Líquida foi reduzido em R\$ 9 bilhões.

Na mesma base de comparação, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional passou de 22,8% para 21,0%, em proporção do PIB. Já em termos nominais, passou de R\$ 724,4 bilhões em dezembro de 2009 para R\$ 807,5 bilhões em dezembro de 2010. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 260,3 bilhões no estoque da dívida interna, compensado em parte pelo crescimento de R\$ 177,3 bilhões nos haveres internos.

Por seu turno, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional passou de R\$ 98,7 bilhões em dezembro de 2009 para R\$ 89,8 bilhões em dezembro de 2010. Ou seja, redução de 0,8 p.p. em relação ao PIB.

Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 77,0% (R\$ 69,4 bilhões); e a dívida contratual representa 23,0% (R\$ 20,7 bilhões).

1.3. INFLAÇÃO

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial do Governo Federal para medição das metas inflacionárias, fechou o ano de 2010 em 5,91%. Esse resultado é 1,6 p.p. acima da taxa de 2009 (4,31%) e representa um retorno ao patamar de 2008, que havia ficado em 5,90%.

De acordo com o IBGE, órgão responsável pelo cálculo do índice, esse resultado foi influenciado pelo aumento dos preços dos alimentos. Em média, os alimentos ficaram 10,39% mais caros, contribuindo com 2,34 p.p. na formação do IPCA de 2010, o que representa 40% do índice.

Esse fato torna-se ainda mais relevante na medida em que o grupo Alimentos consome 23,31% do orçamento das famílias que compõem o universo pesquisado, que é de um a quarenta salários mínimos.

TABELA V – INFLAÇÃO IPCA: 2009 – 2010

Grupo	Variação (%)		Contribuição (p.p.)	
	2009	2010	2009	2010
IPCA	4,31	5,91	4,31	5,91
Alimentação e Bebidas	3,18	10,39	0,72	2,34
Vestuário	6,11	7,52	0,40	0,51
Despesas Pessoais	8,03	7,37	0,79	0,75
Educação	6,13	6,22	0,42	0,44
Saúde e Cuidados Pessoais	5,35	5,07	0,58	0,55
Habituação	5,67	5,00	0,75	0,66
Artigos de Residência	3,04	3,53	0,13	0,15
Transportes	2,36	2,41	0,46	0,46
Comunicação	1,08	0,88	0,06	0,05

Fonte: IBGE

Das onze regiões pesquisadas pelo IBGE, o maior resultado foi registrado em Belém (6,86%), em virtude, principalmente, da variação da energia elétrica (17,58%) e dos alimentos (10,38%). No outro extremo, Recife teve a menor variação, sobretudo em razão da redução da tarifa de energia elétrica (-9,16) e nos preços do gás de botijão (-8,9%). Em Brasília, foi registrada a oitava maior alta, com índice de 5,71%.

TABELA VI – IPCA POR REGIÃO

Região	Peso Regional (%)	Variação Acumulada (%)	
		2009	2010
Belém	4,15	4,47	6,86
Curitiba	7,42	4,67	6,71
Fortaleza	3,87	4,44	6,52
Rio de Janeiro	13,68	3,85	6,41
Salvador	6,86	3,99	6,21
Belo Horizonte	10,83	4,67	5,84
São Paulo	33,06	4,54	5,79
Brasília	3,37	4,92	5,71
Porto Alegre	8,92	3,72	5,14
Goiânia	3,73	3,45	5,11
Recife	4,11	4,62	4,63
Brasil	100,00	4,31	5,91

Fonte: IBGE

2. O CONTEXTO DISTRITAL

2.1. NÍVEL DE ATIVIDADE

Qual o atual tamanho de nossa economia? O questionamento é pertinente uma vez que os dados oficiais das Contas Regionais, divulgados pelo IBGE, apresentam uma defasagem de dois anos, ou seja, referem-se ainda ao ano de 2008. E mais: a resposta a essa pergunta constitui dado relevante para as atividades de planejamento, posto que o Produto Interno Bruto do Distrito Federal é o indicador que representa toda a renda gerada na economia, pelos diversos agentes produtores, no período de um ano.

Levantamento realizado pelo Núcleo de Contas Regionais da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN apresenta indicadores preliminares de volume (taxas reais) e valores correntes para o Produto Interno Bruto do Distrito Federal – PIB-DF, referentes aos anos de 2009 e 2010. As estimativas para 2010 mostram que o PIB a preço de mercado cresceu 3,5% frente a 2009, alcançando R\$ 140,8 bilhões.

Nacionalmente, o PIB é medido por três óticas: produção, renda e demanda. Todavia, para as unidades da federação, como no caso do Distrito Federal, o indicador é apresentado apenas pelo lado da produção, dada a insuficiência de informações regionalizadas.

A ótica da produção permite estimar o valor adicionado bruto das principais atividades econômicas, expresso em valores correntes, bem como seus indicadores de

crescimento em volume. O valor adicionado somado aos impostos sobre produtos gera o PIB a preço de mercado (**Vide Anexo – Tabela Variação do PIB (Brasil X Distrito Federal)**)

2.1.1. O ANO DE 2009

O indicador preliminar do Produto Interno Bruto a preço de mercado apresentou, em 2009, elevação de 1,9% em relação a 2008, com valor corrente estimado em R\$ 126,7 bilhões; o valor adicionado aumentou 1,9% e os impostos sobre produtos, 1,9%.

Convém ter presente que a estrutura produtiva do Distrito Federal é eminentemente terciária. Daí a importância de o setor de serviços, que responde por mais de 90% de nossa economia, haver mantido ritmo positivo durante a crise, alcançando R\$ 105,140 bilhões (+1,7%).

A atividade Administração, Saúde e Educação Públicas, segmento com maior peso na estrutura econômica do Distrito Federal (53,6%), registrou acréscimo de 1,9%. Por sua vez, com indicadores positivos, o comércio não foi seriamente impactado. A evolução do segmento varejista atingiu 1,0% em relação a 2008. Considerando-se o comércio ampliado, essa elevação foi de 3,1%, com destaque para a recuperação de 8,6% no ramo de veículos, motocicletas e peças.

O perfil da indústria local também contribuiu positivamente, atingindo R\$ 7,136 bilhões (+1,6%). No fechamento do ano de 2009, o faturamento da indústria brasileira cresceu 3,21% comparativamente a 2008, resultado impulsionado pelos subsetores de alimentação (11,55%), fabricação de produtos de metal (6,84%) e vestuário (3,32%), já que os demais segmentos pesquisados mensalmente pela Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA experimentaram variações negativas. Na média do ano de 2009 a utilização da capacidade instalada da indústria brasileira ficou em 64,9%, praticamente estável na comparação com 2008 (65,3%).

Já a produção agropecuária alcançou R\$ 0,469 bilhão (+44,9%), fato que está diretamente relacionado à alta produtividade em suas culturas e à inexpressiva participação (0,4%) do setor em nossa economia. Assim, elevações ou quedas verificadas na produção repercutem com mais força nas taxas de desempenho do setor.

Observe-se, ainda, que em razão das peculiaridades da sua população e do seu setor produtivo, a economia do Distrito Federal foi menos afetada pela crise financeira internacional. Um dos motivos é a estabilidade de emprego de grande contingente da população economicamente ativa (quase 40% dos empregos formais estão no setor público), fator que poupa a economia local de grandes oscilações. Também pesa o fato de a média de salários dos servidores públicos ser bem superior à do setor privado.

Tudo isso não significa, porém, que o Distrito Federal não sofreu as conseqüências da crise global. Ainda nos primeiros meses de 2009, a redução do crédito gerou diminuição dos investimentos e aumento do custo financeiro, malefícios que reduziram o nível de atividade econômica, embora em menor grau do que ocorreu no resto do país.

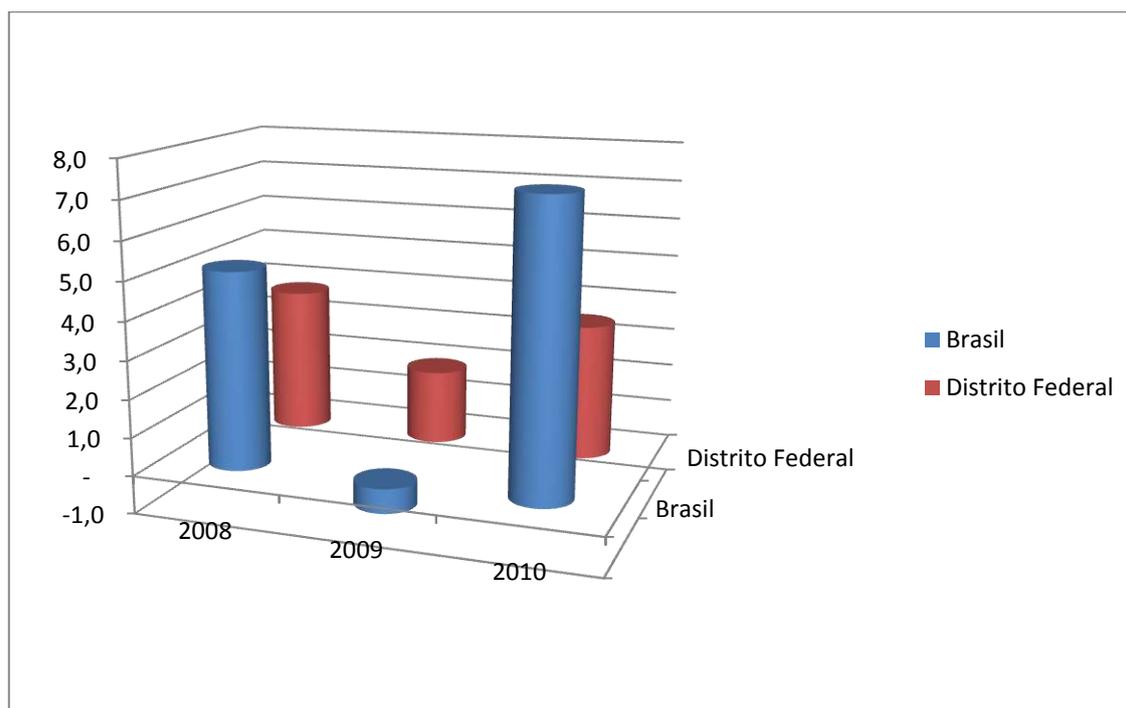
O número de empregos formais alcançou 1,062 milhão em 2009, o que corresponde a 61,2 mil novos postos formais, ou seja, crescimento de 6,1% em relação ao estoque de 2008. Para tanto, contribuíram os bons desempenhos relativos na construção civil (+20,5%), comércio (+6,8%) e administração pública (+ 6,4%).

2.1.2. O ANO DE 2010

As estimativas da CODEPLAN para 2010 indicam que o PIB a preço de mercado cresceu 3,5% frente a 2009, acumulando R\$ 140,8 bilhões. A expansão resultou dos crescimentos de 3,5% do valor adicionado a preços básicos e 4,6% dos impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

Na comparação com 2009, verificam-se os seguintes resultados: a variação em volume da agropecuária foi negativa em 16,4%, em função dos estoques formados por safras anteriores; impulsionada pela construção civil (+8,8%), que foi beneficiada pelo crédito para moradia, e pela indústria de transformação (+6,5%), a produção industrial subiu 7,5%; e o setor serviços registrou alta de 3,3%, com destaque para o crescimento do comércio (+8,2%), sustentado pelos aumentos da população empregada, rendimento do trabalho formal e crédito.

GRÁFICO II – PIB BRASIL E PIB-DF – TAXA (%) DE CRESCIMENTO ANUAL



Fonte: CODEPLAN

Segundo o Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados – CAGED, o Distrito Federal gerou 25 mil postos de trabalho em 2010, sendo o setor de serviços responsável por 67,2% do total de vagas criadas, e o comércio por 27,9%.

Conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, a demanda por mão de obra fez com que a taxa de desemprego diminuísse de 15,8% em 2009 para 13,6% em 2010.

De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio – PMC, do IBGE, a atividade comercial varejista registrou crescimento de 8,2% na taxa anual do volume de vendas reais, em relação a 2009. No contexto ampliado, no qual são incorporadas as variações observadas nas vendas de material de construção, e de veículos, motocicletas e peças, as vendas evoluíram 7,8%.

Registre-se, por fim, o contexto evolutivo. Em que pese a grande representatividade do setor público em nossa economia, aos poucos, principalmente por sua localização privilegiada, o Distrito Federal começa a reduzir essa dependência e a consolidar-se como centro comercial e de integração econômica no país. Trata-se de

movimento há muito tempo desejado, mas de natureza complementar, posto que insuficiente para alterar a característica primordial da atividade econômica no DF.

Segundo a consultoria de marketing Target, esse dinamismo de nossa economia é mais evidente no consumo. Em 2009, Brasília era o quarto município brasileiro com maior potencial de consumo e, em 2010, assumiu a terceira colocação. Assim, se há mercado, as empresas passam a se estabelecer, os indicadores populacionais e de consumo têm atraído investimentos de diversos setores da economia.

2.2. DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS

O resultado primário do Governo do Distrito Federal em 2010 foi superavitário em R\$ 35,62 milhões, contra déficit de R\$ 415 milhões registrado em 2009. Esse desempenho decorre fundamentalmente do contingenciamento de despesas, realizado no início do ano, para fazer frente a uma possível frustração na arrecadação de receitas tributárias, bem como à necessidade de cobertura do déficit apurado no exercício anterior; e da atuação do Comitê de Acompanhamento, Controle e Monitoramento das Obras Públicas (Decreto nº 31.614 de 27 de abril 2010) e da Comissão de Gestão Orçamentária – CGO (Decreto nº 31.692, de 18 de maio de 2010).

TABELA VII – RESULTADO PRIMÁRIO

Em R\$ milhões						
	2009		2010		Variação % Realizado 2010/2009	Variação % Realizado /LDO 2010
	Meta LDO (A)	Realizado (B)	Meta LDO (C)	Realizado (D)	(D/B)	(D/C)
Receitas Corrente + Capital	12.020	11.459	13.743	12.544	9,47	(8,72)
(-) aplicações financeiras	80	171	86	250	46,34	189,80
(-) operações de crédito	399	275	799	292	6,38	(63,45)
(-) alienação de bens	2	37	10	67	82,29	565,15
(-) amortização de empréstimos	23	55	25	13	(76,71)	(48,02)
I - Receita Primária	11.515	10.922	12.823	11.922	9,16	(7,02)
Despesas Corrente + Capital	12.020	11.704	13.743	12.273	4,86	(10,70)
(-) juros e encargos da dívida	158	129	171	139	7,39	(18,49)
(-) concessão de empréstimos	213	114	144	117	2,96	(18,65)
(-) amortização da dívida	134	125	329	130	4,56	(60,46)
II - Despesa Primária	11.515	11.337	13.099	11.887	4,85	(9,26)
III - Resultado Primário (I-II)	0,00	(415,01)	(276,45)	35,62		

Fonte: SIGGO

Conforme Portaria SEPLAG nº 51, de 22 de abril de 2010, foram contingenciados R\$ 710 milhões de receitas de origem tributária, bem como receitas do Fundo de Participação dos Estados – FPE e da Taxa de Limpeza Pública – TLP. A partir daí, coube à Comissão de Gestão Orçamentária, formada pelos Secretários de Estado do

Planejamento e Orçamento, de Governo, e pelo Corregedor-Geral do DF, avaliar as demandas de custeio e investimento do Poder Executivo, de modo a racionalizar os gastos públicos e reprimir a geração de novas despesas.

2.2.1. DESEMPENHO DAS RECEITAS

A receita realizada em 2010 totalizou R\$ 12.5 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 9,47% em relação ao exercício anterior. Esse resultado é 8,72% menor que o parâmetro fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e situa-se, a exemplo do que ocorreu em 2009, no mesmo patamar de realização, ou seja, oscilando em torno de 10% para mais ou para menos da meta.

2.2.1.1. RECEITAS TRIBUTÁRIAS

As receitas tributárias atingiram o montante de R\$ 8,353 bilhões, o que corresponde a um crescimento, em termos nominais, de 13,4% em relação a 2009. Descontando-se o efeito da inflação medida pelo INPC/IBGE, tem-se crescimento real de 7,8%. Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, Imposto Sobre Serviços – ISS e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, respectivamente com crescimento real de 7,35%, 7,32% e 4,06%, foram os tributos que proporcionalmente mais contribuíram para esse resultado.

Conquanto o número de veículos para os quais houve lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA em 2010 ter crescido 12% em relação a 2009, a arrecadação desse tributo registrou retração real de 5%. Atribui-se essa queda ao fato de o reajuste do valor lançado do IPVA em 2010, por força de lei, ter sido inferior ao verificado no exercício anterior.

Convém destacar que, na comparação com 2009, aumentou a participação dos tributos indiretos no total da arrecadação. Fato este que pode ser explicado pelo aumento das participações do ICMS e do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES. Em contrapartida, com exceção do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Intervivos – ITBI e do Imposto de Transmissão Causa *Mortis* e Doação – ITCD, caiu a participação da tributação direta.

TABELA VIII – COMPOSIÇÃO DA ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA (EM %)

ANO	ICMS	SIMPLES	ISS	IPTU	IPVA	TAXAS	ITBI	ITCD	DIVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	MULTA E JUROS DE MORA
2008	65,52	1,91	11,22	5,66	7,45	1,91	2,47	0,42	2,78	0,67
2009	63,67	2,39	12,14	5,83	8,57	1,82	2,76	0,41	1,64	0,77
2010	63,96	2,75	12,19	5,69	7,65	1,79	2,99	0,47	2,31	0,69
MÉDIA	64,38	2,35	11,85	5,73	7,89	1,84	2,74	0,44	2,24	0,71

Fonte: SEF/COPET/SUREC

Registre-se ainda que, com relação ao ICMS, o crescimento real acumulado nos três últimos anos é de 11,25%. A **Tabela IX** demonstra essa evolução e faz a correlação com o desempenho do tributo em nível nacional.

TABELA IX – DESEMPENHO DO ICMS – 2008/2010

ANO	Participação na arrecadação Tributária (%)	Valores correntes arrecadados (em R\$ 1.000)	Desempenho real ano a ano ⁽¹⁾ (%)	Desempenho real em relação a 2007 ⁽¹⁾ (%)	ICMS – Brasil Desempenho ano a ano ⁽²⁾ (%)
2008	65,52	3.941.223	7,66	7,66	9,34
2009	63,67	3.983.561	-3,74	3,63	-1,21
2010	63,96	4.493.609	7,35	11,25	9,87

Fonte: SEF/ COPET/SUREC; ICMS Brasil - COTEPE/CONFAZ/MF até novembro/2010

Notas: (1) Desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

(2) A comparação de 2010 com 2009 restringiu-se ao período de janeiro a novembro.

Ao desagregarmos a arrecadação do ICMS por atividade econômica e compararmos os resultados com os de 2009, chegamos aos percentuais indicados a seguir:

TABELA X – COMPOSIÇÃO DA ARRECAÇÃO DO ICMS (EM %) – 2008/2010

SETOR	2008	2009	2010	MÉDIA
ENERGIA ELÉTRICA	7,1	7,2	6,3	6,9
COMBUSTÍVEIS	21,9	20,6	20,3	20,9
COMUNICAÇÃO	18,6	19,0	19,2	18,9
VEÍCULOS	8,4	8,4	8,8	8,5
INDÚSTRIA	9,7	8,9	9,7	9,4
COMÉRCIO ATACADISTA	17,9	18,1	16,0	17,3
COMÉRCIO VAREJISTA	15,0	16,5	18,4	16,6
OUTROS	1,5	1,4	1,2	1,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEF/COPET/SUREC.

2.2.1.2. OUTRAS RECEITAS

Deve-se mencionar, também, o crescimento expressivo das receitas financeiras (**Tabela VII**). Os itens aplicação financeira e alienação de bens apresentam, respectivamente, variações positivas de 46,34% e 82,29%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

O maior volume de receitas obtidas com aplicações financeiras deveu-se aos contingenciamentos e inexecuções de despesas, que acabaram ocasionando maior tempo de aplicação e, conseqüentemente, uma maior remuneração dos depósitos bancários.

Já a variação na alienação de bens é atribuída à venda de imóveis pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB.

A exceção ficou por conta das operações de crédito, que não foram contratadas no ritmo planejado, devido à crise de gestão do Governo do Distrito Federal, que levou esta unidade da Federação a ter quatro governadores no exercício de 2010 e conseqüentes mudanças nas linhas de atuação.

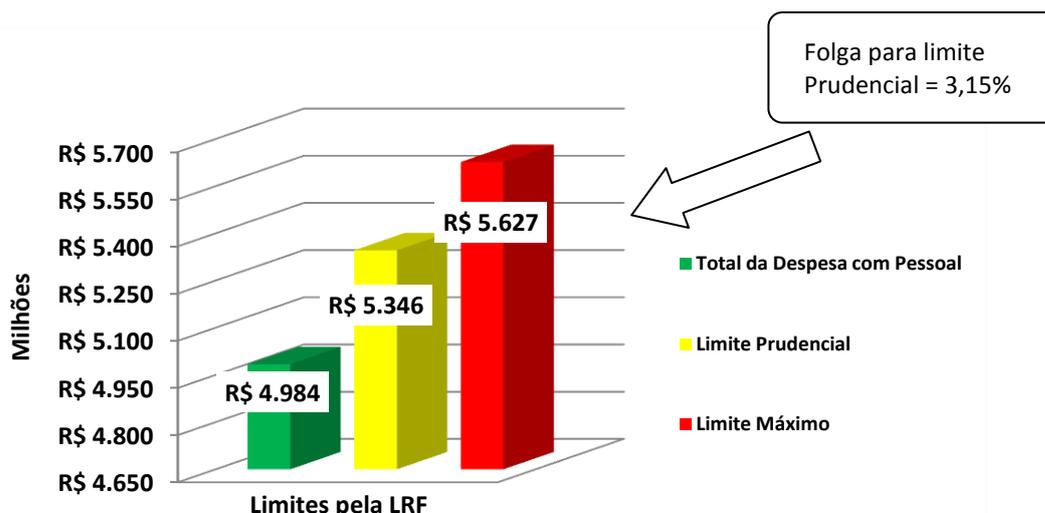
2.2.2. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

A despesa primária total (Executivo + Legislativo) em 2010 totalizou R\$ 11,89 bilhões, o que representa acréscimo de 5% em relação a 2009.

Dos R\$ 5,8 bilhões destinados às despesas com Pessoal e Encargos Sociais, foram gastos R\$ 5,7 bilhões, o que equivale a 98% do orçamento aprovado. Comparando os R\$ 4,9 bilhões gastos em 2009 com os R\$ 5,7 bilhões em 2010, observa-se um crescimento de 15% na folha de pessoal. Tal crescimento é explicado pelos realinhamentos ou reestruturações concedidos a diversas carreiras e pelo crescimento vegetativo de aproximadamente 2,5% do valor normal da folha.

Cumprе ressaltar, em observância aos parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que o Poder Executivo tem permanecido abaixo do limite prudencial (relação entre Despesa Total de Pessoal e Receita Corrente Líquida) de 46,55%. Em 2010, as despesas do Poder Executivo com pessoal totalizaram R\$ 4.984 milhões, o que corresponde a 43,40% da Receita Corrente Líquida.

GRÁFICO III - DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO



Despesas com Pessoal	Valor (R\$ Milhões)	Sobre a RCL %
Total da Despesa com Pessoal	R\$ 4.984	43,40%
Limite Prudencial	R\$ 5.346	46,55%
Limite Máximo	R\$ 5.627	49,00%

Fonte: SIGGO

Com relação às dotações para Outras Despesas Correntes (Custeio), a meta para contenção de gastos foi adotar uma execução da despesa em patamar próximo ao que foi executado em 2009, quando as despesas empenhadas totalizaram R\$ 4,9 bilhões.

Embora o resultado de R\$ 5,1 bilhões para o grupo relativo a Outras Despesas de Custeio seja, em termos nominais, 3% superior ao gasto de 2009, considera-se que a meta foi alcançada, pois: 1) em termos reais, o resultado de 2010 é inferior ao verificado em 2009; 2) A evolução desses gastos ao longo dos últimos anos indica crescimento de 51,5% no período 2008-2009, quando as despesas totais com inativos e pensionistas deixaram de ser classificadas como Despesas de Pessoal e incorporaram-se ao grupo Outras Despesas de Custeio.

Já os investimentos situaram-se em patamar 25% inferior ao valor de R\$ 1,38 bilhão realizado em 2009. Para um orçamento de R\$ 2,6 bilhões em 2010, foram executados apenas 39%, ou seja, R\$ 1,04 bilhão.

As despesas financeiras mantiveram o ritmo de execução verificado no ano anterior, sobretudo no que se refere à concessão de empréstimos do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFE para o Setor Produtivo, e do Fundo

para Geração de Emprego e Renda – FUNGER, atingindo o patamar de 2,96% em relação a 2009.

Registre-se, também, que o estoque da Dívida Consolidada Líquida – DCL chegou a R\$ 2,08 bilhões – 17,10% superior ao montante verificado no ano de 2009 (**Tabela XI**). Esse aumento da dívida líquida decorreu do acréscimo da dívida contratual e dos precatórios.

TABELA XI – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

DISCRIMINAÇÃO	Exercícios			Em R\$ milhões
	2008	2009	2010	2010/2009 %
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	1.543	1.778	2.082	17,10
Dívida Consolidada	3.230	3.372	4.044	19,93
Contratual	1.924	1.999	2.279	14,01
Precatórios Posteriores a 05/05/2000	1.199	1.258	1.666	32,43
Parcelamento Contribuição Sociais	107	115	99	-13,91
(-) Deduções *	1.687	1.594	1.962	23,09
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.626	10.255	11.485	11,99
Relação Dívida Consolidada/RCL	33,55%	32,88%	35,21%	7,08%
Relação Dívida Consolidada Líquida/RCL	16,03%	17,33%	18,13%	4,62%

* Ativo disponível, haveres financeiros e restos a pagar processados.
Fonte: SEF/SUTES

Verifique-se, ainda, que o valor apurado da Dívida Consolidada Líquida do GDF (R\$ 2,08 bilhões) foi inferior à meta anual de R\$ 3,5 bilhões, conforme previsto na Lei nº 4.386/09 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010.

O indicador Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida é de 18,13%, ou seja, situa-se em patamar significativamente inferior ao limite máximo de 200% fixado pela Resolução 40/2001 do Senado Federal.

A Dívida Contratual é composta por R\$ 1,79 bilhões da Dívida Interna e R\$ 489 milhões da Dívida Externa.

Do montante da Dívida Interna, R\$ 1,13 bilhões referem-se à dívida renegociada com o Governo Federal no âmbito da Lei 9.496/97, que trouxe como consequência o Programa de Ajuste Fiscal (PAF), renegociado com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

2.3. FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FCDF

Muito embora não esteja contabilizado no resultado fiscal, faz-se necessário ter presente que o tímido crescimento do Fundo Constitucional do Distrito Federal em

relação a 2009 impactou significativamente o desempenho das contas públicas do Distrito Federal.

Previsto pela Constituição Federal (Art. 21, XIV), o Fundo tem por finalidade prover os recursos necessários à organização e manutenção da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação. De natureza contábil, sua execução orçamentária e financeira é realizada diretamente pelo Governo Federal, por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

TABELA XII – EVOLUÇÃO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

Ano	Pessoal	Custeio	Investimento	Total	Varição (%)
2006	4.834.895.729	383.123.659	39.633.414	5.257.652.803	18,21
2007	5.606.438.469	421.889.920	26.625.934	6.054.854.322	15,16
2008	6.082.334.809	481.801.116	30.911.253	6.595.047.178	8,91
2009	7.005.629.872	465.736.294	131.926.411	7.603.292.577	15,28
2010	7.034.868.106	497.835.717	152.674.549	7.685.378.372	1,07
2011	7.941.913.999	590.533.003	215.824.755	8.748.271.75	13,83

Fonte: SIAFI

Enquanto, em 2010, o Fundo Constitucional registrou crescimento de apenas R\$ 81 milhões – variação de 1,07% em relação a 2009, contra uma média de 12,85% de crescimento –, as despesas decorrentes da contratação de novos profissionais para as áreas de Segurança Pública, Saúde e Educação, mais as resultantes de pressões por reajustes salariais, apresentaram crescimento de 5,08%, o que representa acréscimo de R\$ 390.47 milhões.

Como consequência dessa distorção tivemos: 1) Redução da participação do Fundo Constitucional do Distrito Federal nas folhas de pessoal das áreas de Saúde e Educação; 2) Aumento da participação do Tesouro local nas folhas de pagamento dessas áreas, comprometendo as demais programações previstas no Orçamento do Governo do Distrito Federal.

3. CONCLUSÕES

A Análise dos aspectos conjunturais que marcaram o contexto macroeconômico do Distrito Federal em 2010 nos remete às seguintes conclusões:

- Conquanto o cálculo do PIB-DF ainda passe por ajustes até a divulgação oficial das Contas Regionais pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o crescimento de 3,5%, apontado pelo levantamento preliminar da CODEPLAN, confirma a peculiaridade da economia distrital, que tende a apresentar um comportamento mais estável do que o verificado no âmbito nacional. Em outras palavras, enquanto a economia brasileira apresentava retração de 0,6% em 2009, o Distrito Federal crescia 1,9%. Já em 2010, o PIB-Brasil cresceu 7,5% e o PIB-DF apenas 3,5%, seguindo um ritmo mais próximo das atividades terciárias.

- O desempenho da economia local permitiu a realização, em 2010, de uma receita total no montante de R\$ 12.5 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 9,47% em relação ao exercício anterior. Esse resultado é 8,72% menor que o parâmetro fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e situa-se, a exemplo do que ocorreu em 2009, no mesmo patamar de realização, ou seja, oscilando, para mais ou para menos, em torno de 10% da meta.

- A despesa primária total (Executivo + Legislativo) cresceu 5% em 2010, totalizando R\$ 11,89 bilhões. Com isso, o superávit primário do Governo do Distrito ficou em R\$ 35,62 milhões. Este resultado decorreu fundamentalmente: 1) do contingenciamento de R\$ 710 milhões de receitas de origem tributária, bem como daquelas provenientes do Fundo de participação dos Estados – FPE e da Taxa de Limpeza Pública – TLP; e 2) da atuação do Comitê de Acompanhamento, Controle e Monitoramento das Obras Públicas (criada pelo Decreto nº 31.614/2010) e da Comissão de Gestão Orçamentária (criada pelo Decreto nº 31.692/2010), ao avaliar as demandas de custeio e investimento do Poder Executivo, de modo a racionalizar os gastos públicos e reprimir a geração de novas despesas.

- Dos R\$ 5,8 bilhões destinados às despesas com Pessoal e Encargos Sociais, foram gastos R\$ 5,7 bilhões, o que equivale a 98% do orçamento aprovado. Esse gasto em 2010 representou um crescimento de 15% na folha de pessoal.

- Apesar de não ser contabilizado no resultado fiscal, o tímido crescimento do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF impactou significativamente as despesas com pessoal e, por conseguinte, o desempenho das contas públicas do Distrito Federal. Enquanto o montante repassado pelo FCDF cresceu apenas 1,07% em relação a 2009 (a média de crescimento do Fundo é de 12,85%), as despesas decorrentes da contratação de novos profissionais para as áreas de Segurança Pública, Saúde e Educação, mais as resultantes de pressões por reajustes salariais, aumentaram 5,08%. Isso acarretou uma redução da participação do FCDF nas folhas de pessoal das áreas de Saúde e Educação, e implicou aumento de R\$ 309 milhões na despesa custeada pelo Tesouro local.

- O Poder Executivo tem permanecido abaixo do limite prudencial (relação entre Despesa Total de Pessoal e Receita Corrente Líquida) de 46,55%, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Em 2010, essas despesas totalizaram R\$ 4.984 milhões, o que corresponde a 43,40% da Receita Corrente Líquida.

- Os investimentos situaram-se em patamar 25% inferior ao valor de R\$ 1,38 bilhão realizados em 2009. Para um orçamento de 2,6 bilhões em 2010, foram executados apenas 39%, ou seja, R\$ 1,04 bilhão. A paralisação de várias obras e de licitações públicas para novas contratações comprometeram as metas de investimento em 2010, o que, certamente, contribuiu para conter o crescimento da economia local.

- O estoque da Dívida Consolidada Líquida – DCL chegou a R\$ 2,08 bilhões – 17,10% superior ao montante verificado no ano de 2009. O valor apurado foi inferior à meta anual de R\$ 3,5 bilhões, conforme previsto na Lei nº 4.386/09 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010. Todavia, o indicador Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida é de 18,13%, situando-se em patamar significativamente inferior ao limite máximo de 200% fixado pela Resolução 40/2001 do Senado Federal.

- Por fim, pode-se afirmar que, a despeito da instabilidade política que marcou a gestão governamental ao longo de 2010, o desempenho da economia local manteve-se em patamar esperado, permitindo ao Governo do Distrito Federal honrar seus compromissos e manter-se dentro dos parâmetros da responsabilidade fiscal.

4. ANEXO

TABELA VARIAÇÃO DO PIB (BRASIL X DISTRITO FEDERAL)

Atividades econômicas	Variação em volume (%)						Valor corrente (R\$ milhão)					
	Brasil			Distrito Federal			Brasil			Distrito Federal		
	2008 ¹	2009 ²	2010 ²	2008 ¹	2009 ³	2010 ³	2008 ¹	2009 ²	2010 ²	2008 ¹	2009 ³	2010 ³
Agropecuária	6,1	(4,6)	6,5	(15,3)	4,9	(16,4)	52.273	66.704	80.831	432	469	520
Indústria	4,1	(6,4)	10,1	3,9	1,6	7,5	719.987	696.610	841.024	6.567	7.136	7.913
Indústria extrativa mineral	3,5	(1,1)	15,7	35,3	(19,9)	63,1	83.498	35.030	78.771	19	21	23
Indústria de transformação	3,0	(8,2)	9,7	9,7	0,1	6,5	429.063	433.324	493.979	1.989	2.161	2.396
Construção civil	7,9	(6,3)	11,6	2,1	2,5	8,8	126.551	135.152	165.248	3.719	4.041	4.481
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	4,5	(2,6)	7,8	2,0	2,5	2,8	80.875	93.105	103.024	840	913	1.012
Serviços	4,9	2,2	5,4	3,5	1,7	3,3	1.707.850	1.877.417	2.113.788	96.751	105.140	116.583
Comércio e serviços de manutenção e reparação	6,0	(1,8)	10,7	2,4	1,0	8,2	349.908	323.040	371.794	7.732	8.402	9.317
Transportes, armazenagem e correio	7,0	(2,5)	8,9	4,8	(0,9)	5,0	129.013	141.005	166.401	2.495	2.711	3.006
Serviços de informação	8,8	3,8	3,8	7,0	1,8	5,9	98.036	102.008	106.488	3.740	4.065	4.507
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	12,6	7,1	10,7	11,1	1,5	5,9	175.379	200.141	240.716	10.181	11.063	12.267
Atividades imobiliárias e aluguel	1,8	1,9	1,7	2,5	5,0	4,7	210.291	230.598	248.772	5.845	6.352	7.043
Administração, saúde e educação públicas	0,9	3,3	2,3	2,2	1,9	1,8	406.958	466.439	517.796	55.582	60.401	66.975
Outros serviços ⁴	4,3	3,5	3,6	2,2	0,1	3,2	338.265	414.187	461.822	11.177	12.147	13.469
Valor Adicionado Bruto a preços básicos	4,8	(0,6)	6,7	3,4	1,9	3,5	2.580.110	2.740.734	3.135.643	103.749	112.745	125.016
(+)Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios	7,6	(0,9)	12,5	7,1	1,9	4,6	451.754	444.393	539.320	13.823	13.973	15.774
Produto Interno Bruto a preços de mercado	5,2	(0,6)	7,5	3,8	1,9	3,5	3.031.864	3.185.126	3.674.964	117.572	126.719	140.790

Fontes: IBGE e CODEPLAN

1 Dados definitivos.

2 Contas Trimestrais do Brasil - Dados quadrimestrais.

3 Dados preliminares.

4 Alojamento e alimentação; serviços prestados às famílias e associativos; serviços prestados às empresas; saúde educação mercantis e serviços domésticos